



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1151/13	DATA: 20/08/2013	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 17h10min	PÁGINAS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura.
MÁRIO MANTOVANI - Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica.
ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO

Esclarecimentos acerca do Sistema Pesqueiro Nacional.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde, senhoras e senhores, amigas Deputadas, amigos Deputados, hoje a Comissão do Meio Ambiente vai em busca de esclarecimentos sobre o sistema pesqueiro nacional. É um requerimento de minha autoria que, na verdade, se fundamenta na grande preocupação que temos com os recursos hídricos no Brasil.

Algumas explicações importantes: por que nós conseguimos o feito de importar pescado do Vietnã, do Chile, de vários lugares, embora tenhamos uma costa de 8.500 quilômetros de mar, se observarmos a Amazônia, se observarmos todas as potencialidades de produtos da aquicultura? Porque eu acho que esse é o grande gatilho da informação, fazer com que a sociedade brasileira entenda o nosso patrimônio aquífero como uma riqueza, inclusive como fonte de alimentação para que a gente possa preservá-la para os nossos habitantes imediatamente e para os futuros netos, nossos descendentes.

Estou recebendo aqui um documento, mas eu quero chamar à Mesa o nosso Secretário do Ministério da Pesca, já que o nosso Ministro, neste momento, teve grande dificuldade para vir, se encontra no Ministério do Planejamento, e chamar à Mesa o Bezerra, que foi nosso colega da Câmara Federal e deverá voltar rapidamente, embora esteja prestando um bom serviço lá no Ministério.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Imagina.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Informo ao palestrante, aos Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do projeto e-Democracia, da Câmara dos Deputados, e que os nossos assessores estarão encarregados de moderar os internautas cujas perguntas serão respondidas pelo nosso convidado ou Parlamentares durante os debates.

Acho bom que a gente abra a discussão, há pessoas extremamente competentes da área ambiental, está aqui o representante da SOS Mata Atlântica, o meu amigo Padovani.

Com a palavra o Sr. Flávio Bezerra da Silva.



O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Boa tarde, ilustríssimo Presidente, nosso Deputado querido, Penna, boa tarde, senhoras e senhores, para mim, é um motivo de grande alegria, de honra e de satisfação poder compartilhar com esta Casa, com todos os presentes um debate de extrema importância e de alta relevância para a economia do nosso País.

E temos que, antes de começar a fazer a apresentação no Power Point, dizer que há uma preocupação enorme do Ministério da Pesca, como também do Ministério do Meio Ambiente na questão da preservação e da sustentabilidade.

Temos uma gestão compartilhada, e as decisões em relação à pesca, à aquicultura são tomadas por comitês de técnicos que se reúnem temporariamente, técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Pesca, para debaterem e encontrarem, assim, um ponto de conclusão que venha beneficiar não somente o setor pesqueiro, mas que também venha dar sustentabilidade para todos os estoques que nós temos.

Agradecemos muito aos ambientalistas a participação. Eles têm nos apoiado muito, fornecido dados, e, através das orientações, para que a pesca tenha sustentabilidade, a pesca possa existir hoje, amanhã e também depois de amanhã para o neto dos pescadores, o depoimento, o parecer técnico dos pesquisadores tem ajudado bastante nesse trabalho.

Temos a questão da pesca mundial. Não somente no Brasil como no mundo inteiro a pesca extrativista tem estacionado, não tem havido aumento da produção pesqueira no mundo inteiro. Logo, a tendência é o declínio da produção pesqueira mundial.

Com isso, os países têm colocado nos seus Ministérios técnicos para trabalharem na redução do esforço de pesca. E, no Brasil, nós também estamos tomando as devidas providências para controlar a redução do esforço pesqueiro para que os estoques possam se recuperar e nós tenhamos para sempre esses cardumes, esses estoques na nossa costa, no nosso litoral, como também nas nossas barragens.

Sabemos que somos detentores de 13% da água continental do mundo, e o é interessante é que a Rússia é o segundo classificado com menos da metade do que detém o Brasil. Então, nós temos esse potencial enorme, imenso. Em contrapartida,



há muita burocracia. A maioria dos nossos reservatórios, e cito o caso do Nordeste, é para o consumo humano, boa parte para sustentar o homem que lá se encontra, assim também para o uso animal e para a agricultura.

Então, quando há o emprego da aquicultura nesses reservatórios, surge uma área de grande debate, e esse tem sido um grande esforço do nosso Ministro junto com a Secretaria da Aquicultura de implantar os parques aquícolas nacionais para atingir o nosso objetivo: que todos os açudes e reservatórios do Brasil possam ser usados para a produção aquícola.

Nesse caso, atingiríamos um potencial, dobraríamos a produção, chegaríamos onde os expectadores do Brasil desejam. Eu sempre repito: a nossa preocupação é com a sustentabilidade, com a preservação para reduzir o esforço de pesca e para não acelerar a destruição das nossas reservas, dos nossos cardumes.

Temos que produzir peixe, e, no nosso entendimento, essa produção será oriunda da aquicultura. Temos que desbravar, acordar o Brasil nesse sentido de que, através da aquicultura, a gente possa atingir as nossas metas de produção e mudar esse quadro geral, uma vez que a natureza já nos ofereceu bastante, e temos que andar lado a lado dela com muito cuidado, preservando-a.

Então, agora, cabe a nós fazer essa grande investida na aquicultura, que é muito interessante. Por exemplo, o agricultor pode usar a água em um sistema de fertirrigação. A água, antes de irrigar a sua plantação, a sua horta, a sua fruticultura, pode ser usada para a produção de peixe, e aí os dejetos desses peixes servirão de adubo.

Esse é um sistema que eu tive a oportunidade de ver em um assentamento do INCRA no Rio Grande do Norte, na cidade de Ceará-Mirim. E ocorreu um fato muito interessante quando da visita do Presidente Lula àquela comunidade: os cidadãos entregaram ao Presidente a carteirinha do Bolsa Família, porque estavam conseguindo superar as expectativas e os seus salários eram o suficiente para não necessitarem de usar o Bolsa Família. Ou seja, a produção aumentou muito. Começaram com 3 hectares, plantando milho, feijão, abacaxi, melão. E na visita que nós fizemos eles tinham comprado mais 10 hectares de terra e aumentado a produção. Enfim, foi uma coisa fantástica.



Então, o interesse do Ministério é que seja utilizado pelos agricultores esse canal que eles já têm de produção, de venda, de negócios, de comércio, e colocar também o peixe. Junto da horta, junto da fruta, junto dos cereais, também existe o segmento que o próprio agricultor possa produzir o seu peixe e vendê-lo. Nós temos a cultura de criar galinha, criar frango, criar peru, engordá-lo para a festa do Natal, mas ao nosso povo, aos nossos agricultores, não foi ensinado a criar o peixe. Em muitas regiões do Brasil nós temos de implementar essa cultura para os nossos agricultores através das Secretarias de Pesca, através das Superintendências de Pesca. Mas nós temos um País de dimensões continentais, e as coisas não mudam do dia para a noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Secretário, permita-me uma pequena correção. Eu chamei Mantovani de Padovani. Foi um erro completamente absurdo.

Mas eu convido o Mantovani, que está na Mesa, para que ele também, como ambientalista, nos apoie aqui. Ele inclusive trouxe um documento que seria bom que ele lesse, e eu quero dizer que vai ficar gravado.

O SR. MÁRIO MANTOVANI - A SOS agora, para entendimento de todos, acabou de criar um programa ligado a questões do mar. Não adianta nada esse esforço enorme da SOS Mata Atlântica com relação à proteção da floresta nos 17 Estados onde nós temos a costa brasileira.

E, com esse grupo que já está trabalhando com mar, levamos à Ministra uma preocupação, ao Ministério da Pesca, tivemos uma boa receptividade, e acho que é importante que fique registrado isso, porque é uma contribuição desse esforço que hoje está trazendo empresários, comunidade científica, ambientalistas e principalmente o pessoal ligado também à comunicação.

O Brasil tem 8 mil quilômetros de costa, mas parece que não existe mar no Brasil. Isso é impressionante, e nós estamos tentando trazer esse tema para a sociedade.

A carta que estamos encaminhando a esta Comissão é a seguinte:

É do nosso conhecimento esse esforço que a Comissão de Meio Ambiente tem feito para discutir os temas ambientais, para elevar o nível da participação da



sociedade civil, buscando um debate cada vez mais democrático no Congresso Nacional.

A iniciativa de debater o Sistema Pesqueiro Nacional é de extrema importância para um país emergente como o Brasil, que possui 8.600 quilômetros de zona costeira, uma Zona Econômica Exclusiva com quase 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Além de a pesca extrativa ser uma atividade econômica importante, ela é que também garante sustento para mais de 1 milhão de pescadores que vivem na nossa costa.

Se a gente tem um quadro como esse apresentado pelo senhor no interior, nos nossos rios, também na costa brasileira não é diferente, e esse esforço precisa ser valorizado.

No entanto, o grande desafio consiste na verdade em pescar mais, porém com mais qualidade — essa é a nossa busca. Para aumentar a pesca extrativa marinha precisamos compatibilizar a exploração com a proteção e a recuperação dos recursos pesqueiros.

Desde 2000, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva, o REVIZEE, vem alertando que 80% dos recursos pesqueiros utilizados comercialmente estão superexplorados.

Nós agora tivemos um evento em São Paulo, visitamos todas as peixarias e o CEASA e fomos ver a lista dos peixes que estão ameaçados. Infelizmente, todos eles disponíveis,, sem o conhecimento, inclusive, do consumidor, valendo uma campanha de mobilização para isso.

Mesmo assim, não vemos concentração de esforços na recuperação desses estoques, na retomada do monitoramento pesqueiro, na realização de censos estatísticos frequentes, contínuos e periódicos e muito menos na proposição de medidas de manejo que visem a



um cenário mais sustentável para a pesca marinha, como é o caso da criação de áreas marinhas protegidas.

Nós criamos um fundo de apoio à atividade pesqueira no Brasil, estamos fazendo em alguns lugares esse levantamento, inclusive por percepção dos próprios pescadores. Na região de Cananéia-Iguape, em Pernambuco, fizemos esse levantamento. E também vamos entregar ao Ministério esse trabalho produzido pelas colônias de pesca, pelas associações de pescadores dessa região.

Existem ainda outras alternativas que são possíveis e viáveis para o aumento da produção pesqueira. Um bom exemplo é a APA Costa dos Corais, apoiada pela Fundação SOS Mata Atlântica, localizada entre os Estados de Alagoas e Pernambuco e que conta com 0,1% de sua área transformada em reserva marinha.

Repito: 0,1%. Vejam como muda a história da região.

Essa reserva, onde atividades como pesca e turismo são proibidas, está isolada há 13 anos. Estudos realizados pelo Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco diagnosticaram que algumas espécies de peixes importantes comercialmente, como as ciobas e as guaiubas, aumentaram 13 vezes em relação às áreas abertas da população de lagostas; e na área fechada é cinco vezes maior.

Então, é exponencial o crescimento, não precisa nem 13 anos. A gente já percebeu isso logo com o fechamento, que evita essa superexploração.

Outro estudo feito por pesquisadores brasileiros e publicado na renomada revista Fisheries Research mostrou que a biomassa de peixes economicamente importantes, como badejo e guaiuba, aumentou entre 500% e 1000% nas áreas adjacentes a uma área de exclusão de pesca — não é nem foi na área de exclusão, é na área adjacente que nós tivemos esse aumento, essa percepção do aumento —, aumentando assim o recurso



pesqueiro disponível para pescadores na reserva extrativista.

O estudo foi realizado no sul da Bahia, mas não nos faltam evidências científicas sobre o benefício da reservas marinha para o aumento da produção pesqueira em todo o mundo.

Infelizmente, aqui no Brasil menos de 2% do mar encontra-se protegido, e existem muitas propostas de Unidades de Conservação Marinhas de Proteção Integral paradas nas mais variadas esferas de governo, por diversos motivos, entre eles, a falta de vontade política e o conflito com atividades econômicas.

Nós temos que promover isso. Acho que se a gente tirar dessa nossa audiência, nesse movimento, Deputado Penna, que você está encabeçando, a criação dessas unidades, dessas reservas, o Brasil vai ganhar e nós vamos olhar muito mais para o mar.

A Fundação SOS Mata Atlântica tem envidado esforços para promover a conservação marinha e não acredita que seja possível um uso mais equilibrado dos recursos naturais na produção de alimentos, incluindo o aumento da produção pesqueira, antes que se estabeleça uma governança pesqueira com um sistema representativo de áreas marinhas protegidas e a retomada do monitoramento pesqueiro de forma contínua.

Acho que é esse o grande momento, temos acompanhando o esforço do Ministro da Pesca e de vários segmentos aqui no Brasil, inclusive o pessoal com o Ministério, nós temos trabalhado juntos, fazendo esse trabalho com as Unidades de Conservação Marinha. A SOS criou um fundo para a Baía da Guanabara, para o Atol das Rocas, fundo de investidores privados que tem ajudado a transformar essas áreas com recursos de doação para que elas possam ser protegidas.



Mais uma vez agradeço a V.Exa., Deputado Penna, o espaço. Fiz questão de estar hoje nesta audiência para noticiar vocês sobre esse nosso esforço. Contem com a gente no Ministério.

E eu chamaria só um ponto. Eu estava falando com a nossa representante de recursos hídricos, da SOS, que nós precisávamos interagir mais — esse interesse, esse esforço de pesca hoje para a pesca nos rios brasileiros —, junto com os Comitês de Bacia. Eu acho que se mereceria depois produção de um material do Ministério para que houvesse essa sensibilização.

No caso do Rio Tietê, só com uma recuperação do rio em São Paulo, nós já tivemos a pesca aumentada em Barra Bonita, na região. A gente jamais imaginaria ver tanta produção de peixe como a que está ocorrendo lá agora.

O esforço do Comitê de Bacia de estar valorizando essa pesca... Eu acho que os Comitês que têm recursos hoje podem trazê-los para o aumento da pesca também e da produção.

Obrigando, Deputado Penna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É uma forma também, Mantovani, de a gente recuperar o valor da água para nós, para a sociedade tratar melhor o recurso.

Eu quero só contar uma história recente e já passo a palavra. Fui fazer uma reunião política em Brejo Alegre, uma cidade de São Paulo, já quase Mato Grosso. Terminou a reunião, eu disse: *"Vamos a um restaurante na beira do Tietê comer um peixe e tal"*. Disseram: *"Vamos embora"*. Não deu outra: quando chegou o pescado, era merluza. A gente precisa dar um jeito. Isso não é possível.

Com a palavra o meu querido Bezerra, nosso colega Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Pois bem, vamos fazer a nossa apresentação, depois das nossas explanações.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Brasil quer produzir peixe. O pescado é o maior agronegócio do mundo. O peixe supera todas as proteínas. A mídia também tem nos ajudado muito nisso, ninguém ouvia falar de ômega 3, que peixe é bom para a saúde, essa coisa toda.



Hoje a mídia tem ajudado os ambientalistas, o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente nessa luta.

O pescado é a proteína animal mais consumida no mundo. Movimenta anualmente, segundo a FAO, 148 milhões de toneladas e valores superiores a 217 bilhões de dólares. As exportações de pescado geram um valor equivalente à soma de todas as outras carnes.

Pessoal, nós temos aqui no Brasil a cultura do boi. Todos nós lembramos muito bem de ter ouvido *“Tome um caldo, uma mão de vaca, um mocotó, que tem força”*, porque o boi tem força, para tomar força também. Eu lembro muito bem. Vivendo na comunidade de pescadores, a gente tomava o caldo de peixe, mas praticamente em todo Brasil o boi é que é forte, o boi é que puxa carroça. *“Tome mocotó, coma mocotó, que você fica forte”*.

Então, hoje nos temos enfrentado uma guerra para divulgar que a proteína animal mais sadia para o ser humano é o peixe, que é carne branca. A população brasileira tem despertado. Os restaurantes japoneses e chineses entraram com sushi e sashimi e caíram no gosto povo. Essa nova geração de brasileiros eu creio que não será enganada com *“Coma boi, coma boi, porque o boi tem força”*. Não, eles vão se alimentar de uma proteína nobre, uma proteína que tem mais qualidade. E é essa a intenção e o interesse maior do nosso Ministério. Contamos com os ambientalistas e as academias para poder gerenciar o que temos hoje para fornecer e entregar às futuras gerações.

O Brasil conta com quase 200 reservatórios, tem mais de 8 mil quilômetros de costa, 12% da água doce do mundo. Só as águas da União podem nos garantir mais de 20 milhões de toneladas de pescado, quase 20 vezes a produção atual.

Eu quero chamar a atenção para isso aí. Esse é um processo que já está sendo encaminhado, com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, para as outorgas dos parques aquícolas continentais. O Brasil conta com quase 200 reservatórios. É prioridade número um do Ministro Marcelo Crivella implantar, estabelecer os parques aquícolas em todos os reservatórios do Brasil. Se nós atingirmos essa meta o mais rápido possível, só esses açudes e essas barragens, as águas da União, podem nos garantir mais de 20 milhões de toneladas de pescado — imaginem —, quase 20 vezes a produção atual.



Nossas conquistas. Para o aproveitamento do potencial, estão abertos editais para produção em áreas de Goiás, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Passos para o futuro. Projeto em discussão dispensa de licença ambiental os empreendimentos aquícolas quando estes ocuparem área inferior a 0,5% dos corpos d'água da União, mediante o monitoramento constante da qualidade da água.

Então, vejam que estamos cuidando de aumentar a produção, porque há demanda. O Brasil tem que mostrar para o que veio, mas com a responsabilidade de não destruir o que temos, porque nós precisamos da água.

Por monitoramento da água podemos entender: toda semana os técnicos veem a qualidade da água para dizer que está boa — continua se mantendo —, para não destruímos a boa qualidade de água que temos nos reservatórios.

É a revolução da água pelo simples cadastro.

O Ministério está resgatando uma antiga proposta das EMATERs, que é o uso da água da irrigação da agricultura para a criação de peixes. A proposta foi inclusa no Plano Safra da Pesca e Aquicultura, com incentivos aos agricultores interessados. É água com mais nutrientes para as plantas e mais renda na propriedade.

Eu estive como Secretário da Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará e nós começamos a implantar um processo semelhante a esse da meta do Governo Federal. O interessante é que nós entrevistávamos pescadores nas comunidades e perguntávamos: *“Quem pesca mais peixe aqui?”* E diziam: *“É o Manoel, é o Antônio”*. Aí nós íamos conversar com o Seu Antônio ou com o Seu Manoel: *“O senhor chega a pescar quantos quilos de peixe no mês?”* E o pescador dizia: *“Numa boa pescaria, um mês bom, pego 200 quilos, 300 quilos por mês”*. Aí perguntávamos: *“E é bom?”* E ele respondia: *“É, tá muito bom”*. Aí nós apresentávamos a proposta: *“Se o senhor for criar peixe em tanque rede, basta uma fila de cinco tanques redes; o senhor vai ter uma produção por mês de 500 quilos de peixe, ou seja, meia tonelada”*. Esses pescadores ficaram admirados.

Então, já está havendo, não somente no Ceará, como em várias regiões do Brasil, o trabalho através dos técnicos, que está levando pescadores e também agricultores a tornarem-se aquicultores. Nós temos o costume de no quintal de casa



criar galinha, porco, capote; então, vamos também criar peixe. Está sendo bem recebido pelos pescadores.

O Plano Safra da Pesca e da Aquicultura é destinado a todos os envolvidos na pesca e nas atividades de cultivo, transporte, comercialização e processamento de organismos aquáticos. Linhas beneficiam os pequenos, médios e grandes pescadores e produtores.

Como utilizar? Investimento em embarcações e projetos de produção ou criação, apoio para quem quer deixar de ser pescador e virar aquicultor. Foi o que eu falei aqui antes.

Isso é muito interessante. Se nós não medirmos esforços, os Ministérios em uma ação conjunta, junto com as comunidades de ambientalistas, para estimular os pescadores a serem aquicultores, o que nós vamos alcançar? A renovação e a sustentação dos nossos estoques naturais, porque os peixes terão condições de se reproduzir.

As medidas de defeso que tem tomado o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Pesca, garantiram-nos este ano, para surpresa de muita gente, uma supersafra de sardinha no Sudeste e Sul do País. Tivemos também uma grande produção de piramutaba no Norte.

A pesca da lagosta também nos surpreendeu. Pensava-se que este ano no Ceará a pesca da lagosta não iria dar nada, devido ao ano passado e ao ano retrasado terem sido de seca. Para surpresa do setor, a produção da pesca da lagosta está em alta; está muito boa a pescaria.

Então, é essa a nossa vontade.

Outra forma de utilizar o Plano Safra: crédito de custeio para operações estabelecidas, apoio para comercialização depois da captura ou produção com suporte para manipulação e armazenagem. Quero dizer que o Ministério da Pesca, através do Plano Safra, tem também colocado câmaras frias e fábricas de gelo para favorecer a atividade do pescador artesanal em todo o Brasil.

O Governo Federal deu início ao recadastramento dos pescadores, visando o combate às fraudes e o atendimento do verdadeiro pescador. A perspectiva é a de que apenas quem realmente trabalha na atividade se recadastre. Pelo menos 100 mil já deixaram o cadastro.



Está aí algo que me questionaram bastante. Já me perguntaram: “*Agora, como é que vai ficar a questão do pescador?*” Bem, eu sou pescador, tenho carteira de pesca de 1987, quando, então, eu vivi da pesca. Tenho barco de pesca, pesco; agora, não tenho essa carteirinha que dá ao pescador o direito de ter o acesso ao seguro-defeso.

A Marinha nos dá uma carteira de pescador, uma carteira de aquaviário, para que o pescador seja habilitado a navegar no mar, nos lagos ou nos rios. E o Ministério da Pesca é o responsável por dar a carteirinha do pescador, qualificando-o como pescador artesanal. E, dependendo da região em que vive, habita e trabalha, ele terá direito ao seguro-defeso na época de defeso ou de piracema da espécie mais capturada na região em que vive, trabalha.

O que está acontecendo? Recadastramento Nacional de Pescadores. É simples, é importante, é para fazer. Temos denúncia de que pessoas que não vivem diretamente da pesca tiram o seguro-defeso, uma garantia para o pescador. O novo cadastro, o recadastramento vai evitar que o falso pescador tenha acesso à carteirinha de pescador artesanal do nosso Brasil.

Segundo a FAO apenas 1,5% da pesca no mundo é legal e declarada. Um grande programa está pronto, em parceria com outros Ministérios, para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada no Brasil. A meta é garantir um futuro para a pesca, com melhores condições de planejamento.

Então, vejam bem, aí o Ministério, através da SEMOC — Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura, determinou que os barcos de pesca agora têm que fazer o relatório de bordo. Quando o barco chega da pescaria, no diário de bordo têm que constar toda a produção: quantos peixes de cada espécie, quantos quilos, tamanhos. O pescador tem que escrever tudo.

Então, ajudem-me a compreender isso. Nós estamos vivendo o momento difícil da implantação do mapa de bordo, ou diário de bordo, ou relatório de bordo. Esse mapa de bordo dá ao Ministério da Pesca e ao Ministério do Meio Ambiente informações dos peixes capturados, de que aqueles pescadores estão de fato vivendo diretamente da pesca.

Agora também está sendo exigido dos barcos artesanais o rol da embarcação; na pesca da lagosta está sendo exigido o rol da embarcação. Por quê?



Porque, se o nome do pescador não está escrito naquela embarcação, outro pescador vem no lugar dele e tira o seguro-defeso, sem ser o devido pescador.

Então, é meio complicado, mas, com paciência, boa vontade e fé, estamos alcançando implantar esse sistema de monitoramento.

Nós temos o PREPS — Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite —, para embarcações industriais. A gente conta barcos acima de 20 AB e todos os barcos, artesanal ou industrial, quando trabalham numa pescaria controlada, no caso, pesca da lagosta, do pargo, da sardinha. Então, toda embarcação que vai trabalhar nessas pescarias, ou nessa atividade, tem que portar o PREPS. Sendo rastreadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca, nós vamos identificar os locais onde essas embarcações estão pescando, para saber se estão em área permitida.

Termina aqui a apresentação de imagens com o muito obrigado de Marcelo Crivella, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Assim, encerro a apresentação e retorno à Mesa.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Muito obrigado. Nós estamos aqui recebendo boas informações.

Eu queria neste momento convidar Roberto Brandão Cavalcanti, uma companhia cotidiana da nossa luta através do Ministério do Meio Ambiente.

Faço uma pergunta não sei se ao Roberto ou ao Bezerra: tem notícia da experiência de repovoamento do robalo em Angra dos Reis, cidade do seu Estado? *(Pausa.)* Não tem. E V.Sa. tem alguma notícia do repovoamento de robalo em Angra dos Reis, feito por uma ONG ligada à Camargo Corrêa, se não me engano?

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Não tive, não. Mas a Secretaria de Pesca do Estado do Ceará fez um povoamento, um peixamento de 6 milhões e 500 mil alevinos juvenis nas barragens e açudes do Ceará. Há uma política muito forte desse repovoamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Eu, como sou estrangeiro, já comi tucunaré de Orós. *(Risos.)*

Passo a palavra ao Roberto, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.



O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Boa tarde. Deputado Penna, muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Imagina.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Estou aqui meio de carona. Eu queria reconhecer a assiduidade com que o Ministério da Pesca tem trabalhado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente nesse assunto que nos traz aqui hoje.

Além da obrigação legal, realmente, como foi colocado inclusive pelo Mantovani, a gente está no Brasil vivendo vários paradoxos. Um deles é que a maioria dos países do mundo tem produção aquícola muito superior à do Brasil e em condições muito mais desfavoráveis: alta sazonalidade, territórios menores. Além de o Brasil ser o número um na biodiversidade em geral, a nossa biodiversidade de peixes é altíssima. Estima-se que 10% das espécies de peixes de água doce do mundo, em torno de 30 mil, existem no Brasil, portanto 3 mil, e “n” espécies só existem no Brasil. Inclusive, aqui em Brasília, há uma espécie de peixe, o famoso pirá-brasília, que só existe nesta região. E os estoques pesqueiros marinhos, como o Secretário Bezerra colocou, estão sobre-explotados ou em colapso. Esse é o famoso “perde-perde”, para o pescador, que está numa situação extremamente ruim, e para a conservação das espécies.

A nossa pauta junto com o Ministério da Aquicultura é uma pauta “ganha-ganha” porque, quanto maior o sucesso da formação de estoques pesqueiros, maior o favorecimento da indústria de pesca e da biodiversidade. A questão é como a gente consegue manter esse eixo a fim de evitar a outra política, que é a do “perde-perde”.

E aí há uma série de iniciativas, como foi colocado. É muito bom saber, Mantovani, que a SOS está entrando firme, porque é uma agenda muito próxima à da biodiversidade, e também não é possível, como você falou, separar a Mata Atlântica do ecossistema costeiro e marinho. As áreas de maior biodiversidade da Mata Atlântica, que estão na área da Serra do Mar, são aquelas mais próximas realmente do litoral, e uma depende da outra.

Quando eu morava fora do Brasil, uma vez fui às Filipinas. Várias vezes eu fui às Filipinas. Nas Filipinas, eles têm um esquema de conservação, um conceito de conservação — viu, Mantovani? — muito interessante, a que chamam “da montanha



para o recife”, o *leaf to reef*. O que eles caracterizaram? Que a conservação das encostas e das áreas montanhosas de Mata Pacífica lá, ou Mar de Sulu da floresta úmida das Filipinas, que a conservação daquela floresta é essencial para a manutenção do bem-estar dos pescadores, porque qualquer erosão leva e carrega sedimentos para cima dos recifes de coral. Ou seja, a conservação terrestre nas Filipinas é totalmente dependente do conceito de conservação de recursos marinhos.

Então, na agenda marinha, essa questão é fundamental. E o que o Ministério do Meio Ambiente pode oferecer ao Ministério da Pesca, ou vice-versa? Bem, o fundamental é o seguinte. O que a gente vê? Como o Mantovani também falou de relance, a cadeia de consumo e de preço do peixe no Brasil — não é, Presidente? — é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - O retorno financeiro para o pescador é muito limitado; existem atividades predatórias que resultam em baixa formação de valor e “n” problemas, porque é uma cadeia com muita informalidade, digamos assim; há um problema sanitário muito sério.

Assim que nós entramos lá na Secretaria, tivemos uma reunião com o Secretário Bezerra, e ele me passou uma estatística assustadora: a de que quase metade dos contêineres de lagosta que o Brasil exporta é devolvida por problemas sanitários. Obviamente isso não é do interesse nem da vontade do pescador, é fruto das terríveis condições a que eles são expostos e colocados. Aí é que realmente nós vimos essa agenda superpositiva com o Ministério da Pesca.

E outra referência que o Secretário fez foi com relação à aquicultura em águas continentais. É óbvio que os reservatórios praticamente não são utilizados. Você vai aos reservatórios grandes perto de Brasília, nas barragens do Rio Tocantins, e aquilo é meio que deserto. Como podem ser implantados esquemas de aquicultura lá que sejam sustentáveis? Aí surgiu a proposta, que está rodando ainda e vai ser levada ao CONAMA, de um licenciamento simplificado, não dispensa de licenciamento, um licenciamento simplificado e acelerado, baseado no conceito do monitoramento.



Antes a gente estava com número, dizendo: “Ah, *pode tanto!*” Eu, até meio cinicamente, disse: “*Olhem, não existe número mágico, existe o conceito da capacidade de suporte dos reservatórios, e essa capacidade de suporte é baseada na sua capacidade de fazer monitoramento e ver.*”

Além do monitoramento da qualidade da água, é fazer um monitoramento do escape de espécies, porque também o escape de espécies é “perde-perde”. O pescador está perdendo o seu ativo, e nós tendo a invasão de espécies de cativeiro para o meio ambiente natural, que também não é uma situação boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É o caso do camarão.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Então, esses dois incentivos, manter uma qualidade de água boa e evitar o escape de espécies, são áreas que interessam tanto à aquicultura quanto ao Ministério do Meio Ambiente. Então, esse é o ponto.

É muito importante, mais uma vez — eu acho que, quase por acaso, o senhor montou uma Mesa muito boa; permita-me fazer esse comentário —, que o terceiro setor já entre antes que as coisas comecem a rodar. Tradicionalmente, quando se tem uma questão ambiental, ela vira reativa. Aqui, não, ainda não existe uma aquicultura continental em larga escala. Se for para existir — e o Brasil tem todas as condições para que isso aconteça —, esses três parceiros aqui têm que estar juntos: a área da pesca e aquicultura, o terceiro setor, com o Legislativo congregando, e a área ambiental.

Então, eu acho que seria importante a gente prestar especial atenção, Presidente, a esses procedimentos que vão ser adotados para o estímulo da aquicultura.

E, para quem eu ainda não entreguei — é claro, estou fazendo *marketing* da Secretaria —, temos um CD com todas as publicações que a Secretaria já fez sobre biodiversidade aquática e recursos pesqueiros e temos alguns livros para quem quer entrar no setor, não é Secretário?

Temos aqui *Plano para Gestão e Uso Sustentável do Caranguejo, Guaiamum e Siri-Azul; Camarões* — para quem quiser —, gestão sustentável de camarões. Esses livros são importantes por quê? Porque dão basicamente os condicionantes biológicos e ambientais, que são coisas que normalmente não estão por aí. Então,



para quem quiser entrar no mercado e no setor, temos essa publicação. Temos também *A sardinha verdadeira*. Esse fala de um dos casos que o Secretário citou, de uma espécie de alto valor comercial que sofreu colapsos; aqui há algumas orientações sobre como poderíamos fazer gestão sustentável. Aquele é sobre camarão de água doce, e este aqui é sobre camarão marinho; não, esse é sobre caranguejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Caranguejo.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Esse é para o pessoal das Reservas Ecológicas de Manguezais, quem estiver nessas áreas. E temos *Conservação de Tubarões e Raias*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Lá em Recife não vai fazer o menor sucesso conservação de tubarões. *(Risos.)*

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Presidente, o Brasil é um país privilegiado, são raríssimos os ataques, e todos num lugar só. Então, a gente tem que dar um jeito. Se a gente não consegue resolver isso, é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É difícil.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Mais uma vez, muito obrigado. Estamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Recebê-lo é sempre um prazer.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - E parabéns ao Secretário Bezerra pela apresentação.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Então, nós estamos abertos a perguntas. *(Pausa.)*

Dos internautas, além de perguntas, chegou um manifesto. Só para concluir, o manifesto é de nosso interesse, e o participante é Fábio Satespi. Ele termina dizendo assim: *“Chega! Afinal, se está todo mundo protestando, chegou a nossa vez de mostrar a nossa indignação, especialmente preocupação por conta da realidade e abandono que a pesca industrial vive. Até hoje, conseguimos manter o otimismo e a esperança em dias melhores, mas até quando? Alguém viu a pesca industrial por aí?”* — pergunta ele.

Quem vai responder? Mantovani? *(Risos.)*



O SR. MÁRIO MANTOVANI - Essa questão está muito bem colocada. É o desafio. A pesca industrial sempre se escondeu em facilidades. O representante do Ministério da Pesca, o Flávio, falou muito bem. Cada barco desses, para sair para o mar, tem que estar georreferenciado com rastreamento. Não faz sentido mais a gente fazer o que a gente via: o pessoal entrando em área de exclusão ou coisa do tipo.

Hoje, a pesca infelizmente é predatória no Brasil porque há uma convivência; há sempre a dificuldade dos próprios órgãos de fiscalização. Nós acabamos doando um barco, na região do Cairo Sul, em Paraty, para que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA fizessem esse programa de monitoramento, para evitar que houvesse essa predação nessa região.

Então, é importante a gente ter a mobilização da sociedade; é importante que a gente tenha essas perguntas por meio da Internet e trazê-las para esse debate. Hoje, Penna, está muito difícil a fiscalização só por parte dos órgãos ambientais, é preciso o reforço da sociedade civil. Nós temos o movimento do pessoal da Baía da Babitonga, protegendo aquela baía, e é importante valorizar essas ações da sociedade civil que estão hoje monitorando, inclusive a pesca profissional. Esses barcos que fazem coisa errada lá fora, vêm depois para os portos e ali continuam fazendo atividade quase criminosa. Então, a gente precisa ter esse monitoramento da sociedade.

Foi muito bom o alerta do nosso internauta, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Flávio.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Eu gostaria também de falar em resposta ao Fábio, do SAPESP, que é o Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo.

Veja bem, na Secretaria do Planejamento e Ordenamento da Pesca, onde eu estou como Secretário, nós temos duas Diretorias: a Diretoria da Pesca Artesanal e a Diretoria da Pesca Industrial. A pesca industrial no Brasil não está sendo esquecida; pelo contrário, ela está sendo monitorada, está sendo qualificada, para que haja a preservação das espécies e para que o pescador, lá na ponta, possa ter o sonho de ver o seu filho ou o seu neto também na pesca.



Então, nós estamos enfrentando uma dificuldade com esse monitoramento, mas sabemos das nossas deficiências e sabemos do nosso potencial. Nós precisamos, sim, de uma fiscalização mais rigorosa, precisamos manter barcos em ações contínuas no mar, porque nós sabemos que barcos estrangeiros entram em nossas águas, competem com os nossos barcos, vão embora e não são apreendidos.

Veja bem, nós estamos, através da Universidade do Pará, construindo um barco de pesquisa, que vai analisar as espécies que podem ser capturadas em escala industrial no Norte e no Nordeste do País. Estamos também desenvolvendo a construção de quatro protótipos de barcos de pesca mais econômicos, mais rentáveis para a pesca da lagosta, para a pesca do pargo e também para a pesca do bonito. Então há, sim, um incentivo.

Agora, nós do Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente já fomos questionados sobre a pesca do camarão, a pesca de arrasto. Então, é verdade que há locais que serão áreas de proteção. No futuro, o pescador poderá capturar espécies ao redor daquela área de proteção, mas não mais naquele local, devido o fato de as espécies estarem se extinguindo.

Então, o que nós temos? Nós temos um grande número de embarcações. E o que temos de fazer? Investir em aquicultura e promover a redução do esforço de pesca. Precisamos compreender que, no Brasil, nós não temos uma área de ressurgência, que é importante para uma grande reprodução de peixes. No Sul e Sudeste, nós temos uma área de ressurgência e também, no Norte do País, onde a água do Rio Amazonas que desemboca no mar traz muitos nutrientes. Assim, os cardumes se reproduzem bem. Agora, em outras partes do País, nós não temos, e os estoques são fracos.

Então, como manter a pesca industrial? O empresário da pesca industrial deveria ser o primeiro a pensar em investir nos parques aquícolas marinhos, que já estão sendo planejados e elaborados. Nós não recebemos até hoje nenhuma demanda para os parques estaduais marinhos por parte dos Estados. E a ideia é que essas fazendas de piscicultura sejam criadas no mar também. Vamos desenvolver o robalo, vamos desenvolver a carapitanga, a cioba, o dentão, a guaiúba — seja lá qual for o peixe ou espécie.



Eu tenho tido contato com o LABOMAR, o Instituto de Ciências do Mar, do Ceará, onde estão reproduzindo o peixe vermelho, o ariacó, que aparece muito naquele litoral. Então, eles já estão na F4, estão conseguindo reproduzir, e a intenção do LABOMAR é fazer um repovoamento, um peixamento, com esses alevinos na área da pesca artesanal.

Então, tem sido feito esforço para ajudar a pesca industrial também. Tem, sim! Nós estamos de braços abertos, e as portas da Secretaria estão abertas para toda consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Antes de passar a segunda pergunta ao Flávio Bezerra, eu queria dizer que recebi algumas mensagens, desde que foi noticiada a realização desta audiência. Uma delas foi de um produtor que reclamava muito da dificuldade para a colocação do peixe no mercado. Então, uma das coisas que podemos fazer, em termos de política pública, é uma recomendação para incluir o peixe na alimentação oferecida nas escolas. Eu acho que isso abre um mercado extraordinário — você não acha, Roberto? Então, podemos fazer isso em conjunto com o Ministério da Pesca e com o Ministério da Educação. Vamos ter que fazer um esforço, uma vez que, ampliando a possibilidade de colocação do pescado, podemos começar a ter uma outra dinâmica.

Recebi também a pergunta de Hilborn: *“Quando a SEAP ganhou o status de Ministério com a criação do MPA, acreditava-se que o monitoramento da pesca brasileira seria fortemente aprimorado. Pergunto: como se fazer uma gestão pesqueira eficiente sem ter uma estatística de pesca adequada?”*

Essa é a pergunta.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - É para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Eu quero até ressaltar que, na Legislatura passada, estive aqui como Deputado eleito pelo Ceará. Criamos a Frente Parlamentar da Pesca, da qual eu fui Presidente, e fizemos um grande esforço em prol do setor pesqueiro.

Veja bem, aprovamos a Lei das Colônias, que estava tramitando há 20 anos — 20 anos são 5 Legislaturas! Aí, conseguimos através de negociações resolver o problema que é a regulamentação do art. 8º da nossa Constituição. Esse projeto de



lei foi apresentado na Câmara pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo. E eu até perguntei para ele — que já está velho: *“Meu amigo, o senhor já andou pescando?”* Ele me disse: *“Não, eu recebi uma comunidade de pescadores lá de São Paulo que queria fazer jus, ter direito...”* Ora, em 1988 houve a grande instituição da nossa Carta Magna; em 1989, já havia um projeto de lei para regulamentar o art. 8º da Constituição que tinha sido aprovada no ano anterior; e, somente 20 anos depois, foi que nós conseguimos isso.

E conseguimos também finalizar a Lei da Pesca. Essa Lei da Pesca exigiu muita conversa: de um lado, o setor artesanal; de outro lado, o setor industrial; a indústria do frio; os exportadores; os que trabalham com lagosta; todo mundo. Então, fermentou isso aqui. Houve muito debate, e eu agradeço a Deus por essa experiência que tive na minha vida de ter vivido como pescador artesanal.

Quando eu vim para cá, comecei defendendo o pescador artesanal. Eu pensei: vou defender o jangadeiro, o canoieiro, o bateiro, e o boteiro — que são os barcos artesanais do Nordeste —, e eu navego nesse tipo de barco. Mas meus horizontes foram abertos, e eu passei a defender a indústria do sindicato do frio, dos exportadores, da pesca industrial; vim conhecer muito mais com a oportunidade que esta Casa me deu, quando então Presidente da Frente.

E foi com muito afinco, muito trabalho, que conseguimos aprovar o projeto de lei que veio da Presidência da República, porque foi mandada uma medida provisória, que voltou. Então, a Frente Parlamentar da Pesca trabalhou muito, apoiando a aprovação do projeto de lei que transformaria a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura.

Engraçado que fui o Presidente da Comissão Especial que transformou a SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura. Tenho falado em todos os rincões do Brasil por onde tenho andado que, com a força do nosso pescador, que é muito grande, nós conseguimos mudar o nome. Era Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, e nós transformamos em Ministério da Pesca e Aquicultura, por causa do romantismo, por causa do charme que tem, em todo o Brasil, o fato de ser pescador.

O Ministério é muito novo. De 2009 para cá — 2010, 2011, 2012 e 2013 — passaram-se 4 anos, e todos nós sabemos que a burocracia no nosso País sempre



foi muito lenta, dificulta a coisa, o processo administrativo é lento. Temos que ter todo o apoio.

E eu quero contar com o apoio de vocês ambientalistas, de vocês que estão nos assistindo. Podem vir me fazer uma visita no Ministério da Pesca e Aquicultura. Estarei lá no 5º andar para recebê-los, para discutirmos e planejarmos, para melhorarmos a vida de todos, para melhorarmos o Brasil, para termos um Brasil melhor. Essa é a minha vontade.

Quero deixar aqui esse apoio e dizer que medidas estão sendo tomadas. O nosso Ministério saiu do Ministério do Meio Ambiente, de um nucleozinho lá de dentro, e hoje é um Ministério também, jovem, pequeno, precisando de conselhos. Um jovem, um adolescente precisa de conselhos, e está aí o Ministério do Meio Ambiente para nos aconselhar e nos direcionar, na medida certa.

E contamos com todos vocês do setor, dos sindicatos, das associações, das colônias, para participarem desse conjunto, para que façamos, então, um Brasil mais produtivo. E que o Brasil se coloque no seu ponto. O Brasil tem que se impor, tem que se colocar no lugar certo, e a nossa intenção é esta: a de aumentar a produção do pescado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Roberto Brandão Cavalcanti.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Obrigado, Presidente.

Acho que essa pergunta acertou no olho dos principais problemas que temos, porque não só nós não temos estatísticas muito boas sobre a pesca como não temos estatísticas muito boas sobre os estoques. Isso é um problema gravíssimo, tanto para a conservação como para a pesca.

O que acontece? O licenciamento de embarcações é baseado na capacidade de suporte. Sem esses dados, você tende a ser necessariamente conservador, porque não quer cair em uma situação de sobre-exploração. E os períodos de defeso? É a mesma coisa.

Todo dia o pessoal do Ministério da Pesca e Aquicultura nos chama e diz: *“Podemos alterar esse período de defeso A, B ou C? Cadê os números? Cadê os números?”*. E não temos números para a maioria dos estoques. Ou seja: podemos estar realmente prejudicando tanto a conservação como o esforço de pesca pela



falta de informações, prejudicando a conservação por um lado, liberando a atividade em lugares em que não deveríamos, ou sendo desnecessariamente restritivos para estoques que, de fato, poderiam apoiar um esforço de pesca maior. Isso, Presidente, infelizmente é algo que temos que enfatizar com urgência.

Os próprios setores de pesca são os maiores interessados. É claro, há uma visão meio inicial de *“ah, não vamos mexer nisso”*, mas o pessoal mais maduro está vendo que, por um lado, por exemplo, essa questão de colocar observadores a bordo é boa, mas você tem que ter cacife para poder bancar, porque há despesas.

O que muitos estão propondo é a instalação de câmeras para registro, de pequenas videocâmeras baratas para fazer registro contínuo. Isso ajuda em quê? Ajuda também o empreendedor a estabelecer as melhores práticas de manipular o pescado. Os próprios empreendedores estão interessados em ter esse tipo de monitoramento, porque toda a cadeia produtiva, como foi colocado, está associada à formação do preço do produto, que tem a questão da sanidade, das condições, do tempo até fazer o congelamento, se você vende produtos congelados.

Hoje se pode melhorar imensamente a formação de preço, Secretário, da indústria de pesca no Brasil tendo não práticas mais difíceis, mas práticas mais voltadas à melhoria da qualidade do peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Uma pergunta que não quer calar: além desse informe que você está dando, você falou anteriormente da devolução de lagostas por algum tipo de contaminação?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Problemas sanitários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Problemas sanitários. Ela sai do mar com esse problema ou é a manipulação que gera esse problema?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Aí, eu vou ter que passar para o nosso especialista em lagosta.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Agora você mexeu com o Ceará, agora sim.

É interessante que, neste ano, ainda não voltou nenhum contêiner. Agora está bom! O que está acontecendo? As indústrias de beneficiamento da lagosta começaram a exportar a lagosta inteira. Essa medida é sensacional, porque apoia o



Ministério do Meio Ambiente, apoia o Ministério da Pesca, apoia o trabalho do IBAMA. A lagosta tem que chegar viva à porta da indústria.

Está acontecendo um favorecimento da pesca legal, porque na pesca ilegal, de mergulho, de rede, a lagosta morre; e na pesca de manzuá, no covo, os pescadores que estão pescando no covo vão capturando e colocando as lagostas em viveiros. Eles mantêm aquele viveiro no fundo e vão alimentando aquelas lagostas ali, por 1 semana ou 10 dias. Quando já há um volume suficiente, eles vêm para a terra e colocam aquelas lagostas em surrões — um tipo de saco de palha umedecido que as mantém vivas. Então, essas lagostas chegam vivas à indústria.

O que acontece? Elas, então, são submetidas a um choque térmico, em água abaixo de 5 graus. Essas lagostas morrem com esse choque térmico e, em seguida, são pré-cozidas. Depois que saem do pré-cozimento, passam por um trabalho de toalete — são limpas, têm suas tripas retiradas —, são embaladas, encaixotadas e empacotadas, indo a menos de 60 graus centígrados.

Essa lagosta está sendo exportada com alta qualidade. Então, está havendo interesse, e o pescador está lucrando por volta de 16 a 18 reais, quando entrega a lagosta viva. No caso da lagosta só com a cauda, é onde ocorre o problema. O nosso problema é o pescador descabeçar a lagosta e expor sua cauda no convés do barco, porque é um ambiente propício à contaminação por salmonela e outros indivíduos não aceitáveis pela agência sanitária dos Estados Unidos, que é o principal comprador da nossa lagosta.

Então, estamos trabalhando, mudando a mentalidade do nosso pescador a respeito das embarcações, Secretário. Estão sendo construídos agora, no Pará, quatro protótipos de barcos, todos de fibra, adequados para a pesca da lagosta. Esses barcos vão trabalhar, a universidade vai dar o seu o.k., e esses barcos serão apresentados às comunidades de pesca para que os pescadores adquiram esse modelo de barco, onde não haverá contaminação sanitária. Não haverá contaminação por salmonela, que é o principal agente que faz com que os contêineres voltem.

Nossa expectativa para este ano está excelente. No Ceará os contêineres não voltaram até agora, e temos essa grande esperança de reaver o aumento da produção de lagosta no Ceará.



O SR. MÁRIO MANTOVANI - Quero só dar uma notícia.

Eu tinha falado na minha intervenção, Penna, sobre o esforço que estamos fazendo em educação ambiental também. Tivemos essa pesquisa agora, em todas as peixarias e todos os supermercados em São Paulo, e o interessante é que houve uma receptividade muito grande por parte da população. Acho que, do nosso *clipping*, o que mais teve notícia no mês de maio foi essa chamada da sociedade apresentando essa pesquisa feita diretamente com o consumidor, onde ele busca o seu peixe.

Foi interessante ver que os mercados — o Pão de Açúcar, por exemplo — agora estão pesquisando para rever essa questão das vendas, de já se querer saber, lá na gôndola, onde se está vendendo, o tipo de peixe, a situação daquele peixe, fazendo um processo de educação ambiental.

Acho que temos que explorar todas essas condições de dizer que a pesca, realmente, é a vocação do Brasil. Não tem sentido o que estamos vendo hoje. Mas tem de haver aquelas condições: se vamos fazer a pesca no continente, é preciso fazer a proteção dos rios. Isso é a garantia da qualidade da água.

Estávamos dizendo aqui agora que não é possível que mais de 80% das cidades brasileiras joguem o esgoto diretamente nos rios. Isso é pior que cuspir na mãe. Não tem sentido um negócio desses. Então, temos que batalhar muito hoje para chamar a atenção dos Comitês de Bacias, como eu disse. Há recursos disponíveis para fazermos um bom trabalho de aquicultura, de produção de peixe, mas também devemos chamar a atenção para isto: recuperar os rios, não só com relação a não ter esgoto, mas também preservar as matas ciliares e a qualidade da água. Esse é o grande esforço que nós, como organização não-governamental, podemos trazer e aportar; estamos nos Comitês de Bacias, estamos nos Conselhos de Meio Ambiente, em todos esses lugares, para melhorar a qualidade dos nossos rios.

Hoje, fazemos monitoramento com uma rede de rios que temos, mostrando como está a situação a cada dia. E isso é feito pela sociedade civil. Fizemos uma metodologia para adaptar o índice de qualidade de água àquele da ANA, a Agência Nacional de Águas, o índice oficial que o Brasil usa. Fizemos um *kit* muito simples para ser usado pela sociedade e ser distribuído nos comitês, nas associações de



moradores, em todo lugar, para o povo começar a olhar para a água. Sempre tivemos a água como meio para levar dejetos. Então, esse monitoramento vai ajudar muito.

Eu acho que poderíamos, nessas experiências de produção de peixe que têm sido feitas hoje, trazer esses *kits*, que são tão baratos. A SOS está os colocando em diversas comunidades. Mesmo empresas como a Coca-Cola, a Natura e várias outras estão ajudando a colocar esses *kits* e, a partir da reação da sociedade, mudar a qualidade dos rios. Senão também vamos ter dificuldade. Não adianta ter uma produção de peixe isolada do corpo do rio ou em algum canto, criando até problema, não se usando essa água com a quantidade e a qualidade necessárias.

É importante trazermos a contribuição desse processo de educação que podemos fazer com relação aos rios e com relação à questão do peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Roberto.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - O Secretário Bezerra acabou de dar um excelente exemplo de como conseguir, em um período curto, reverter um problema cuja solução justamente passou pelo reforço à pesca legal e pelo combate à pesca ilegal, que era o que estava causando esses problemas de contaminação na cadeia produtiva.

Quero fazer o registro aqui, Presidente, de que, nessas informações que passei ali, fiz um pouco de cortesia com chapéu alheio, porque sou da Secretaria, mas muitas dessas publicações são do próprio IBAMA. Quando o senhor falou que o Ministério da Pesca e Aquicultura surgiu da área ambiental, lembrei que o IBAMA foi criado, na origem, com a então Superintendência de Desenvolvimento da Pesca. Então, é uma coisa que entrou e saiu.

Sobre as informações de gestão e de manejo, o José Dias, do IBAMA, organizou várias dessas publicações, e quero dizer que temos as informações, realmente, para dar esse componente sustentável à pesca.

O Mantovani, mais uma vez, reforçou uma coisa fundamental, que é a gestão dos ecossistemas costeiros, principalmente dos rios. E vemos que, onde há uma indústria de pesca saudável, há uma série de outras indústrias que a acompanham: a indústria do turismo, o turismo de observação de baleias, o ecoturismo, o mergulho, aquele conceito também dos restaurantes típicos do mar para a mesa.



Tudo isso está associado à existência de uma indústria de pesca saudável que também beneficia todas as comunidades regionais.

E, no exemplo — acho que o Mantovani foi quem falou — de Abrolhos, da Costa dos Corais e também do Lagamar, as estratégias de conservação marinha invariavelmente levam a um retorno positivo também para as atividades de pesca.

Em Abrolhos, o que aconteceu? A proteção dos recifes de coral e a formação de algumas áreas voltadas para a pesca artesanal levaram à recomposição dos estoques de camarão, fazendo, então, com que não fosse mais necessário ficar atuando na pesca dos peixes de recifes de coral, porque os peixes dos corais são peixes de longo crescimento, relativamente raros, ou seja, o retorno econômico aumentou com o retorno do camarão e a proteção aos recifes de coral. Então, existem inúmeros exemplos desse tipo de como uma gestão costeira voltada à sustentabilidade e à conservação dão retorno também para a pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - A propósito, por exemplo, nos Estados Unidos há uma política de criação de estímulo aos corais. Eu estava conversando com o Crivella que, tanto na costa do Pacífico como na do Atlântico, há depósitos de corais artificiais. São depositados no mar vagões e outras máquinas, naturalmente tratadas para que não poluam — sem os óleos, espero —, e aquilo naturalmente incentiva o repovoamento dos peixes. No Brasil, acho que nós estamos tendo dificuldade para criar artificialmente esses corais. A nossa luta tem sido para protegê-los, mas eu acho que está na hora de estimular a criação deles, para o repovoamento da nossa flora marinha e também da nossa fauna marinha.

Quero, neste momento, franquear a palavra aos Deputados presentes.

V.Exa. quer falar, Deputado Cleber Verde? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Cleber Verde, nosso mentor da cidade de Imperatriz.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, Deputado Penna, quero cumprimentar em nome de V.Exa. os membros da Comissão de Meio Ambiente. Quero cumprimentar o ex-Deputado e hoje Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca, meu amigo Flávio Bezerra. S.Exa., quando esteve nesta Casa, coordenou com muita habilidade a Frente Parlamentar da Pesca.



Eu não estava no início de sua fala, mas certamente há que se fazer o reconhecimento de que, sob sua liderança na Frente Parlamentar da Pesca, foi possível aprovarmos leis importantes para o setor pesqueiro, como a Lei das Colônias, a Lei da Pesca e a própria criação do Ministério da Pesca. Por isso, quero cumprimentar o Flávio Bezerra, hoje Secretário da Pesca, mas que, quando Deputado, fez um grande trabalho no Parlamento, apresentando inclusive muitas propostas de leis interessantíssimas que hoje certamente já fazem parte do arcabouço de leis que atendem aos interesses do setor pesqueiro.

Quero cumprimentar o Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica; o Sr. Roberto Cavalcanti — tem um reflexo ali na placa e a gente acaba não vendo direito o cargo — Secretário do MMA, não é? (*Risos.*) Então, quero cumprimentar a todos os senhores.

Sr. Presidente, chamou-me muita atenção o vosso requerimento. É muito instigante a colocação feita por V.Exa. sobre dados estatísticos referentes, por exemplo, à grandiosidade do Brasil, à vasta costa litoral que temos, e, principalmente, quando chama a atenção no requerimento para a questão das importações. O Brasil importou 600% a mais do que exportou. Ou seja, importou algo em torno de 1 bilhão e 234 milhões de dólares de pescado. Quer dizer, de fato, não faz sentido, tem algo errado. Tem algo errado! E V.Exa., ao apresentar este requerimento — V.Exa. é da área ambiental —, chama a atenção para o setor produtivo. Por isso achei muito interessante e quero parabenizar V.Exa. pelo requerimento e pela audiência extremamente oportuna e adequada para o momento.

Quero dizer que o Flávio saiu desta Casa e nos deixou aqui... Inclusive, se hoje eu coordeno a Frente Parlamentar da Pesca, eu agradeço ao Flávio pela indicação que fez aos colegas Parlamentares, que acabaram me conduzindo a esta Frente.

Mas quero dizer que, de fato, isso nos preocupa muito. A Presidente Dilma lançou aqui, em Brasília, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura. Sou do Estado do Maranhão. E lá, que tem também um enorme potencial para o setor produtivo, a Governadora criou a Secretaria Estadual da Pesca para fomentar a produção. A Superintendência, que é um braço do Ministério da Pesca, está atuando lá. E o Plano Safra está sendo lançado em todas as cidades, para informar os pescadores,



os piscicultores sobre este belo programa; para ampliarmos, na verdade, a produção de peixes no Estado.

O Estado do Maranhão, após um ano do lançamento do Plano Safra, já tem destaque nacional, já tem um crescimento de 70% do aumento da produção, porque os pescadores, mais especificamente os piscicultores, passaram a conhecer essa temática e saber que há um crédito subsidiado, quando comparado ao PRONAF. Pronafiano é a categoria que permite um recurso pequeno, algo em torno de 2.500 reais. No final, se ele tem uma carência de 3 anos e se paga em dia as parcelas, ou seja, de forma adimplente, em vez de pagar juros a mais, tem um abatimento. Isto é, ele contrai 2.500 e só paga 1.800 reais. Vários pescadores, repito, no Maranhão, acessaram esse crédito. Só o Banco do Nordeste liberou, nos últimos 6 meses, algo em torno de 7 milhões de reais, segundo dados encaminhados pelo próprio Superintendente ao meu gabinete. Então, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia estão atuando fortemente na questão do empréstimo desses recursos ao pescador e ao piscicultor e isso está mudando a realidade do setor econômico do Estado.

A piscicultura passou a ser uma realidade, até porque, infelizmente, por conta da pesca predatória, nossos rios estão despovoados. Então, a prática hoje da piscicultura, a criação de peixes em açudes, em tanques, passa a ser um norte para esses maranhenses e certamente, para o povo brasileiro, a perspectiva de mudança da realidade econômica do Brasil.

Entendo que a pesca — já foi aqui colocado em alguns momentos, o próprio Ministro da Pesca Marcelo Crivella reconhece isso — pode ser, sim, para o Brasil o segundo pré-sal, pela potencialidade que tem o País. É inconcebível! Não dá para entender o Brasil importando algo em torno de 1 bilhão e 234 milhões de dólares em pescas de peixes e camarão, com todas as condições que temos para abastecer o consumo interno e exportar este peixe e este camarão. Então, de fato, há algo errado.

Quero dizer que é importante estarem aqui dois agentes importantes do meio ambiente. Tenho acompanhado a preocupação do Ministro Crivella e de toda a sua equipe técnica em utilizar, por exemplo, as águas públicas da União, as águas de barragens, águas, enfim, que estão paradas e que podem ser utilizadas para a



criação de peixes. Há, inclusive, no Maranhão, um projeto embrionário de tanque e rede, na Barragem de Boa Esperança, na cidade de Nova Iorque, que já tem, durante o ano, duas de pescas; toneladas de peixes são retiradas desses tanques-rede. É um trabalho experimental realizado no Estado de que o tanque-rede colocado em águas paradas, ou seja, em barragens, como a Barra de Boa Esperança, já dá resultados para a comunidade. Temos comunidades vivendo do trabalho da pesca em águas paradas. Agora, há um entrave, e aí é preciso tirar esse entrave.

Cheguei sexta-feira de uma viagem que fiz à Noruega. Fui visitar uma feira de peixes, a AquaNor, que acontece naquele país. Noruega é um país pequeno, mas tem na pesca o segundo setor de sua economia. Eu conversava com a Ministra e com o Vice-Ministro da Pesca daquele país, Sr. Presidente, e eles me colocaram de forma muito clara: *“Aqui o Ministério da Pesca tem uma atuação independente do meio ambiente. Não há compartilhamento. Nós respeitamos o meio ambiente. Nós temos uma preocupação em proteger o meio ambiente, mas não há compartilhamento. Aqui, a gente desenvolve a piscicultura, a pesca oceânica, a pesca de meia água e a gente consegue fazer um trabalho que é reconhecido pelo mundo.”* A Noruega é referência na área do setor produtivo, na tecnologia, enfim, em tudo que é voltado para a pesca.

Então, a questão do compartilhamento. A Lei da Pesca, que nós aprovamos aqui, tem exatamente esse compartilhamento do Ministério da Pesca com o meio ambiente. Pelo que nós conhecemos e discutimos em outras audiências, esse compartilhamento acaba criando um entrave, porque não desburocratiza a questão do licenciamento para que o setor possa avançar, possa produzir.

No Maranhão, nós conseguimos com que a Governadora Roseana Sarney estabelecesse uma portaria em que 2 hectares de lâmina d’água, ou seja, em baixo impacto, haja o licenciamento. Ou seja, no Maranhão, com 2 hectares, já é possível o piscicultor criar, sem precisar do licenciamento, ou seja, é desburocratizado. E de 2 a 5, de forma mais facilitada. Então, acredito que é necessário nós começarmos a reavaliar a questão dessa política, muitas vezes, muito rígida, em relação ao setor produtivo, para que nós não possamos aqui continuar anualmente nos debruçando



com requerimentos como este, para importarmos 600% a mais do que exportamos. Então, nós queremos mudar essa realidade.

Eu tenho acompanhado o Ministro Marcelo Crivella à frente do Ministério há pouco mais de um ano. S.Exa. faz um trabalho revolucionário. Tenho acompanhado, inclusive, nas visitas que ele fez a alguns Estados, onde fortaleceu a maricultura, por exemplo, em Santa Catarina, onde entregou pela primeira vez a titulação de área para os maricultores organizados, para que eles possam contrair empréstimos, organizar-se e produzir mais e melhor. E tantas outras atividades feitas no Rio, no Maranhão, em que eu pude acompanhá-lo.

Então, eu acho que é possível nós avançarmos e mudarmos essa realidade. Por exemplo, São Paulo. Lá, em São Paulo, 5 hectares estão isentos do licenciamento ambiental; Maranhão, 2 hectares. É preciso avançar. O Brasil tem que avançar nesse sentido. Eu acredito que o Ministério do Meio Ambiente pode fazer uma política articulada para que nacionalmente se possa encontrar uma uniformidade de procedimentos para que o setor, realmente, mude essa realidade que V.Exa. aqui questiona. É preocupante, isso nos coloca numa situação de que estamos subutilizando um setor que poderia ser a redenção deste País.

Eu vou colocar um dado aqui de um povoado chamado Itans, em Matinha, no Maranhão. Um Município onde eu tive a oportunidade de, através de uma emenda individual, colocar uma máquina, uma escavadeira hidráulica, através do Ministério da Pesca. Chegou lá há pouco mais de 3 anos. Em Itans, as comunidades se organizaram, afastaram-se da cidade, beira-rio, eles se organizaram e hoje, Flávio Bezerra, eles compram, por semana, um bitrem de ração, para justamente alimentar os peixes criados em açudes, em tanques construídos por essa escavadeira hidráulica. E a renda, hoje, das famílias de Itans, em Matinha, no Maranhão, é algo em torno de 10 mil reais. E numa solenidade, no lançamento do Plano Safra, no Município vizinho, o gerente do Banco do Brasil o colocou como referência. Em Itans, nenhum dos piscicultores é devedor, todos são adimplentes e têm renda. Hoje as suas casas são todas de alvenaria. Cada um tem uma moto, ou, quem não tem moto, tem um carro em sua casa. Está mudando a sua realidade, em função, exatamente, da piscicultura.



Então, a política de atenção, e principalmente o destravamento do licenciamento é muito importante. Isso ocorreu de um tempo para cá, de 3 anos para cá, quando se permitiu, por exemplo, desburocratizar o licenciamento, ou seja, já destravar, garantir 2 hectares, e avançar no setor.

Então, é possível nós mudarmos a realidade dos rincões mais distantes dos nossos Estados, no caso, do Maranhão, e de outros Estados que, certamente, têm um potencial enorme, e que hoje não passa de potencial. Mas, para isso acontecer e fazer com que eles produzam é necessário haver toda uma política articulada do Governo Federal com os Governos dos Estados, com os Municípios, enfim.

E nesse aspecto, eu quero aqui chamar a atenção — e aí, coloco como questionamento, inclusive para os nossos membros da Mesa que são ligados à questão ambiental — para o que nós ainda podemos fazer para avançar nesse aspecto. Trouxe como referência a Noruega. Acabei de vir de lá e coloquei de forma muito clara: não há compartilhamento. O Ministério da Pesca tem homens e mulheres muito responsáveis, que, certamente, não vão agredir o meio ambiente. Vão fazer a produção acontecer com respeito ambiental. Então, faço o seguinte questionamento: é possível nós destravarmos essa questão de uma vez por todas, para que possamos avançar, mudar essa realidade, e, em vez de importadores, passarmos a exportadores de peixe? Porque o setor está ávido de vontade. É o que eu percebo. Eles estão com muita vontade de produzir. Mas, infelizmente, eles esbarram na burocracia da questão ambiental. Então, é o questionamento que eu faço.

Quero cumprimentar, mais uma vez, V. Exa. pela preocupação, pelo tema, que eu acho extremamente relevante e oportuno. Nós, inclusive, vamos debater esse tema ainda mais nesta Casa. Eu acho que nós precisamos discutir até chegarmos a um ponto de podermos, de fato, destravar todas as burocracias necessárias para que a produção realmente aconteça no País.

Portanto, eu quero, mais uma vez, cumprimentar V.Exa., que é da área ambiental, mas que traz a preocupação da produção.

Deixo aqui a minha felicitação pela realização desta audiência. Espero que nós possamos sair desta audiência — que será degravada, copiado tudo o que foi



dito aqui —, com algum resultado que nos permita, de fato, mudar um pouco esse paradigma que hoje emperra o desenvolvimento do setor pesqueiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Deputado Cleber Verde, eu quero dizer a V.Exa. que nós ambientalistas fomos vítimas de uma consciência maluca, que desenvolvemos no Brasil, de que somos contra a produção. Reconhecemos os entraves burocráticos. Qualquer sociedade do mundo tem uma burocracia infernal. Nós precisamos combater o adversário correto, que é a dificuldade burocrática, não são os ambientalistas. O dia em que o empreendedor sério do Brasil compreender que os ambientalistas são aliados à boa produção, à produção com longevidade, com projetos de médio e longo prazo... Por exemplo, só porque lhe respeito muito, uma pessoa importante, de uma cidade mais importante ainda, Imperatriz, e é Cleber Verde (*risos*). Nós não podemos jogar tudo nas costas dos ambientalistas. Essa história de ecochato, biodesagradável (*risos*), essas coisas não entendem.

Mas eu, que sou uma pessoa com mais idade, quero recuperar aqui uma coisa que não é do seu tempo. Nós recebemos aqui, no Brasil, nos anos 60 ou 70, um futurólogo americano, um sujeito muito gordo, chamado Herman Kahn. Eu era um rapazinho. Dentre as coisas que falou naquela época, ele disse: “*Se desmatarem o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, o Rio Grande do Sul vai conhecer uma seca inacreditável*”. E o que ele disse aconteceu. Não foi falta de aviso, um americano gordo, chato, que passou aqui nos anos 60, previu isso.

Então, claro, há os agentes terríveis, que foi a vassoura de bruxa, no cacau — que é uma agricultura de sub-bosque, todos nós sabemos —, e aí, ali entrou o gado, entrou o café, e tal, outro tipo de agricultura. Então, é preciso a gente compreender o regime de chuvas... E você entende isso como ninguém. Tudo o que a gente dizia que podia acontecer, com uma política de desmatamento, de envenenamento de águas e tal já está acontecendo.

Agora, nós, que temos uma militância nessa área, precisamos desfazer esse equívoco. Foi esse equívoco que levou à revisão do Código Florestal de maneira absurda. Claro, ali, naquele episódio, Cleber, o Governo brasileiro, e não é o Governo da Dilma, não, eu estou falando... O Estado brasileiro nunca se debruçou sobre o pequeno agricultor. E nós é que pagamos o pato? Eu sempre falo o que é



um disparate no Brasil: uma vaca, e eu já disse isso aqui, uma vaca, na Europa, produz 40 litros, 45 litros de leite por dia; uma vaca, na Argentina, 25; no Brasil, 4.

(Não identificado) - Que tem 200 milhões de hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - E 200 milhões de hectares para pouca produção. E o que é interessante: o leite tem o sistema de coleta através de cooperativas dos pequenos produtores. Qual a política de embrião que foi feita para melhorar o desempenho e impactar menos as reservas florestais? Com muito carinho, mas é uma oportunidade que a gente tem de dizer que nem tudo o que trava é o ambientalismo. Isso é um perigo. Quer dizer, o mau empreendedor também tem que ter responsabilidade, que é o que acontece com o envenenamento contínuo das águas.

Quer falar?

O SR. MÁRIO MANTOVANI - Foi muito bem falado pelo nosso Verde, do Maranhão. Eu acho que chegou o momento também de desmistificar um pouco. O licenciamento é o processo mais simples que existe hoje. Se você pegar qualquer técnico, o Brasil evoluiu. Eu estou há 35 anos trabalhando profissionalmente com meio ambiente. Ajudei desde a Resolução nº 001/90, CONAMA, nos anos 80.

Quando nós colocamos as atividades que deveriam ser licenciadas, essa não estava. E qual é o maior problema que a gente tem hoje? Não é o licenciamento. Os órgãos ambientais estão completamente desaparelhados. O nosso Ministério do Meio Ambiente é o último orçamento. Como é que se deixa um programa chamado PAC para avançar com um técnico que tem medo de assinar um documento porque o secretário não aguenta, o Ministro não segura? A gente tem visto hoje técnicos da maior competência. Nunca houve tanto curso de gestão ambiental, tanta gente preparada para trabalhar hoje, e não pode fazer porque não tem instrumento.

Nós temos um caso de Comitê de Bacia que eu acompanhei, para fazer aquicultura numa região, onde um único técnico tem que atender qualquer tipo de licença numa região em que a demanda para ele é impossível de suportar. O técnico não dá conta, sequer, dos licenciamentos mais urgentes. E, normalmente, as demandas para o licenciamento hoje são políticas — ano eleitoral. Nós estamos vendo agora pular etapas porque não estamos aprovando as estradas. Eu ontem dei uma entrevista no *Jornal Nacional* contando sobre isso. A BR-116 foi inaugurada por



todos os Presidentes do Brasil, desde os anos 70. Já daria para ter lá a 8ª rodovia se o dinheiro tivesse chegado à porta. E agora colocar a culpa na questão ambiental é uma das maiores sacanagens contra o Brasil.

Então, hoje, a questão ambiental no Brasil não atrapalha, o que atrapalha são os órgãos que não tem gente. Eu não conheço hoje técnicos nos órgãos. Eu conheço todos os órgãos estaduais do Brasil: trabalho com a DEMA, trabalho com a NAMA, e eu pergunto: “você têm técnicos para trabalhar nessa área para gestão de recursos hídricos, inclusive para o licenciamento, porque é um licenciamento diferente? Nós não temos esses técnicos. Você fez muito bem de chamar a atenção para isso, com sua eloquência, porque você experimentou isso e acho que esse seu depoimento foi uma das coisas mais fantásticas”.

Nós podemos mudar a história do Brasil e vamos fazer. Eu que conheci os primeiros momentos acho que a gente vai fazer. Mas devemos chamar a atenção: nós precisamos de gente. Esse Ministério tem que formar técnicos em aquicultura no Brasil inteiro. Muito pouca gente sai nessa área, e há um grande universo de trabalho pela frente. Então, a gente tem que mudar não a questão do licenciamento, porque isso é simples. É uma covardia liberar cinco hectares, três, não tem sentido isso. É aquele tipo de coisa burra. Então, é melhor não fazer, porque se falar cinco, às vezes um de cinco impacta mais do que um de 500 hectares, não tem sentido isso.

Então, nós temos que ter processo simplificado; agora, ter gente para fazer isso. Nós não temos hoje. O mesmo técnico assina uma siderúrgica, assina um porto e assina uma questão de aquicultura. Agora, com a Lei Complementar nº 140, devem vir para os Municípios os Comitês de Bacia. A gente até alertava isso aqui, agora: os Comitês podiam fazer um processo muito mais rápido, e a gente teria um licenciamento muito mais eficiente.

Eu acho que a gente vai ter que fazer agora uma pressão grande em cima disso, para mudar esse sistema, porque o problema hoje não é o licenciamento. O problema é que esse sistema é anacrônico e não acompanhou o que nós evoluímos como essa experiência: um gerente de banco consegue analisar e dizer: “Olha, está aqui, a sociedade dá uma resposta imediata”. Nós estamos apostando nisso. A



SOS, hoje, está apoiando todas essas associações de pescadores, essas iniciativas que a gente tem, porque é aí que nós vamos fazer esse poder de transformação.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Quero fazer uma observação. No Banco do Nordeste, no Maranhão — eu não sei se está acontecendo nos outros Estados do Brasil —, o gerente, articulando com suas unidades, projeta até 15 mil reais. O próprio Banco, através do CREDIAMIGO, está fazendo o projeto, porque o grande problema é o projeto. Ele próprio está fazendo o projeto e já entrega o crédito para o pescador fazer o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É uma beleza.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Mas eu quero aproveitar e fazer uma pergunta ao Flávio, se já foi... O Ministério, até onde me consta, estava com dificuldade de liberação de 0,5%, parece-me, das águas públicas da União, para criação de peixe, ou seja, para fazer o trabalho de tanque e rede. Já foi liberado, Flávio? Você tem conhecimento de que o Ministério do Meio Ambiente já conseguiu equacionar a questão da liberação desse percentual das águas públicas da União, para a criação de peixe?

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Já foi falado, isso aí já foi apresentado, estudado para aprovação. Demora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - A gente paga o pato...

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Realmente, é um entrave. E eu quero aqui, inclusive... Não foi nenhuma crítica aos ambientalistas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Sim.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Quero que V.Exa. me entenda. Mas esse processo é burocrático mesmo. Eu sou servidor público, eu sou do quadro do serviço público, então eu sei que há essa burocracia, infelizmente, que acaba sendo muito danosa a todo o processo produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Deputado Dr. Paulo César. Olha, ele também é cabo frio, é do Rio.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Boa tarde a todos! Quero saudar o Deputado Penna, Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente e do nosso PV, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É isso!



O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Isso, ele gosta, quando fala o nosso PV, está vendo, Mario? Então, quero saudar aqui o nosso Presidente, agradecer aqui ao Roberto também pela presença. Está aqui o Deputado Flávio Bezerra, que esta Casa também sente bastante saudade.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Eu não constatei, Deputado Flávio, ninguém, nenhum Deputado, nenhum Parlamentar, nesta Casa, que tenha ocupado aquela tribuna tantas vezes como o senhor ocupou, para falar da questão da pesca, para defender os pescadores do nosso Brasil, para falar lá do seu Ceará, não é isso?

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Isso!

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Então, eu não vi nenhum Parlamentar que ocupasse tantas vezes, persistentemente, sempre nessa luta em favor dos pescadores, tanto artesanal, quanto da indústria da pesca, porque todos precisam ser defendidos em condições de igualdade, cada um na sua proporção de trabalho. E destaco também aqui a presença constante do nosso Mário Mantovani. Estou pensando em até fazer, Presidente, um requerimento para o SOS Mata Atlântica, para que possa disponibilizar, nos 27 Estados brasileiros, um *apart-hotel* para o Mário, (*risos*), porque, se juntar as viagens de Lula e Dilma, não se chega perto do que esse homem viaja por este País. Então nós precisamos hospedá-lo nos 27 Estados, para que ele continue essa sua luta, uma luta que é boa para todo o País.

Eu não tive a oportunidade de assistir às falas aqui, porque todos conhecem, assim como o Deputado Flávio, a luta que há nesta Casa, como é essa roda-viva aqui que a gente passa às terças, quartas-feiras e quintas pela manhã. Mas é sempre um prazer ouvir falar de pesca, falar da questão ambiental. Quero dizer ao nosso Cleber Verde, dentro da fala dele, que um dos cidadãos brasileiros que mais se preocupa com o meio ambiente é o pescador. Com certeza, é o pescador. Em todos os outros segmentos há os que poluem, os que degradam; mas o pescador, não! O amor que ele tem ao rio, ao mar; o amor que ele tem à profissão dele... Ele sabe que o sustento dele sai dali, e que, para aquele peixe crescer, se reproduzir, é preciso que os nossos berçários, os nossos manguezais estejam preservados.



Então quem mais ama o meio ambiente é o próprio pescador. Podem ter certeza que é o que mais faz para preservar, porque isso está diretamente relacionado à atividade dele, à sobrevivência dele. O feijão, o arroz, a farinha, o pão que ele põe dentro de casa vem dali. E isso vem de gerações e gerações, desde os primórdios, dos Caiçaras, de todo esse nosso litoral, da nossa região: de Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, todo aquele nosso litoral, e preservam.

Quanto à questão da indústria e da pesca, há algumas coisas que realmente deixam a gente preocupado. Eu não vou me alongar, mas realmente esses dados nos preocupam. Dizer que o País, com um litoral desse, com os nossos rios, as nossas lagoas, o nosso mar, importa não sei quantos bilhões em pescado!

Cada um vai dar uma justificativa. Cada um vai pontuar por um lado. Agora, poucos vão chegar ao denominador comum sobre onde, realmente, está o entrave. Onde está o entrave? Por quê? Como se diz lá no Rio: onde é que está agarrando?, É a burocracia? É o meio ambiente? É o pescador? São as condições de pesca? São as condições de ir lá buscar? São as plataformas de petróleo, que estão afastando o peixe cada dia para mais longe? Onde está o entrave?

Então, você contar na América do Norte, na Europa que o Brasil é importador de pescado é a mesma coisa que dizer que no Brasil existe o Movimento dos Sem Terra. É a mesma coisa, não é? Como você vai convencer o europeu de que o Brasil tem o Movimento dos Sem Terra? Como você vai convencer o europeu disso? É difícil! É a mesma coisa que você convencer alguém de que o Brasil importa pescado.

Isso vai da questão da produção, da questão dos investimentos, da questão cultural também, porque no Rio todo mundo diz que vai ao Outback, ao Porcão e ao Fogo de Chão. Não é isso? Quando marcam os encontros, reuniões, aonde vão? Ah, vamos ao Porcão, no Aterro, ou vamos ao Outback, na Barra, ou vamos ao Fogo de Chão, em Botafogo. Ninguém marca num local para comer pescados, comer frutos do mar, não é verdade? Na frente do mar! O cara pede uma picanha bem suculenta, olhando o mar de Copacabana, comendo uma picanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Se me permite uma ajuda? Aqui em Brasília — o Lago, você sabe que é uma coisa muito importante para a cidade —,



eles têm churrasqueiras nos barcos. É um negócio doido! *(Risos.)* Dentro do lago, comendo carne assada!

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Eu vou concluindo, Sr. Presidente. Eu acho que nós marcamos um ponto importante este ano, no Estado do Rio, que é o primeiro defeso que está agora sendo desenvolvido. Começou agora em agosto e vai até outubro. São 3 meses de defeso na Lagoa de Araruama. Pela primeira vez, o defeso na Lagoa de Araruama, onde há siris, camarões, peixes, tainhas e diversos peixes. E agora nós temos o nosso primeiro defeso. Noventa dias de defeso na Lagoa de Araruama. Então, aquela região lá, além do Rio São João, do Rio Una, tem a Lagoa de Araruama, que é a maior laguna em hipersalinidade do planeta, é a nossa laguna de Araruama, e temos lá o nosso litoral. Então, Mário e Flávio, são 3 meses de defeso. Três meses! Primeira vez a Lagoa de Araruama vai ter o defeso. Parabênzo o Ministro Crivella pelo defeso! Agosto, setembro, outubro: 3 meses de defeso na Lagoa de Araruama, lá na Região dos Lagos.

E a gente conclui, Sr. Presidente, citando esse fato e falando dessa questão da pesca. Onde está o problema? Cada um vai dar um diagnóstico, mas, se me perguntassem, qual seria o meu diagnóstico nessa questão da produção, da venda, da importação, um dos diagnósticos que eu citaria, como médico, Mário, Roberto, Deputado Penna e Flávio, é que todos os diagnósticos irão convergir para um ponto, que é uma coisa que este País precisa botar como pauta principal desta Casa, que é a reforma tributária. A reforma tributária. Eu acho que esse é o ponto que esta Casa tem que discutir. Já que a imprensa, atualmente, cria a pauta desta Casa, vamos pedir à imprensa para que pautem a reforma tributária, para que a gente possa, realmente, discuti-la — os impostos são pesados, a carga tributária é massacrante em todo o País.

Eu parabênzo o Presidente por esta audiência pública importantíssima e afirmo que podemos contar com os pescadores na questão do meio ambiente, porque eles são os que mais procuram preservar. Várias indústrias, o comércio, a população em geral, muitos poluem, mas o pescador é o primeiro a chamar a atenção da própria família, dos companheiros de embarcação a respeito da preservação do meio ambiente.



Mais uma vez, eu quero falar da felicidade de vê-los aqui neste início de semana. Está sendo muito bacana rever Flávio Bezerra nesta Casa. Um grande abraço.

Obrigado e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Obrigado, Deputado Dr. Paulo César.

Bem, temos do mesmo internauta que fez a pergunta relativa à SEAP a seguinte pergunta: *“Essa aquicultura continental em larga escala será realizada com espécies exóticas?”*.

Carl Walters pergunta: *“A estatística adequada de pesca demanda de uma série histórica de dados, para que sejam, realmente, realizados modelos para avaliação dos estoques. Pergunto: Quando será tomada essa decisão, porque as estatísticas, quando apresentadas, sempre estão atrasadas para a realidade?”*.

Outra pergunta, do mesmo senhor: *“Com todo o respeito com essa questão da pesca efetuada de modo criminoso, sabe-se, infelizmente, dito isso por pescadores, que existem sim fiscais coniventes com essa atividade. Quem fiscaliza os fiscais responsáveis pelo monitoramento?”*.

Boris Worm: *“Com relação à estatística pesqueira, como realizar uma identificação de espécies de maneira inequívoca, sabendo que existem grupos com uma estreita similaridade morfológica, e o agravamento dessa identificação com a prática dos pescadores de removerem, ainda a bordo, estruturas chaves da identificação, como nadadeiras, cabeças, etc. Como resolver isso?”*.

Eu quero prestigiar os internautas que participaram aqui com a gente. Nas considerações finais, cada um escolhe uma resposta para esses internautas que estão curiosos.

Com a palavra o Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Sr. Presidente, eu ia tentar responder a todas, mas eu vou fazer um comentário geral, dizendo que essas perguntas são aquele caso clássico em que a pessoa faz a pergunta, mas já tem a resposta.

Primeiro, há um incentivo mútuo, tanto do Ministério da Pesca, como do MMA, para que seja feito o estímulo às espécies nativas. Por quê? As espécies nativas



têm um valor comercial diferenciado. Do ponto de vista ambiental, Deputado, o licenciamento é muito mais simples para quem quer fazer a piscicultura ou a aquicultura com espécies nativas do que com espécies exóticas. E as espécies nativas não têm alguns problemas das espécies exóticas, características invasoras, etc. Agora, as espécies exóticas têm a seu favor o fato de fazerem parte de pacotes tecnológicos que já são amplamente utilizados. Então, o custo de transação, para quem quer entrar no mercado, tende a ser menor para espécies exóticas, mas há um compromisso de estimular as espécies nativas por meio do licenciamento mais fácil.

Quanto à questão da estatística — eu fui professor de estatística alguns anos, então, sou meio suspeito —, existem sim séries históricas, mas são limitadas, não têm tudo para todas as espécies. Podem-se fazer amostragens instantâneas. O fato de não existirem séries históricas, não significa que não se deva começar em algum ponto. Temos que usar os métodos estatísticos mais modernos para fazer estimativas com base nas populações atuais e construir as tabelas de vida.

Claro, existem espécies parecidas, então, em vez de tentar fazer uma classificação inequívoca, o melhor é tratar as espécies parecidas sob regimes de pesca semelhantes, para simplificar.

Quanto à questão da fiscalização, daqui a pouco vamos ter o fiscal do fiscal do fiscal. Isso não funciona. Precisamos de mecanismos que trabalhem a favor do pescador e da certificação, porque o consumidor também quer uma cadeia de qualidade. O Secretário Flávio acabou de dar um ótimo exemplo de como uma melhora no tipo de pesca da lagosta ajuda a coibir a pesca ilegal. Não resolve colocar um monte de fiscais. Gasta mudar os procedimentos para retirar a ilegalidade.

Câmeras de vídeo a bordo são também uma alternativa. Pode haver mecanismos de validação. Por exemplo, o Ministério da Pesca tem um programa de combustível subsidiado para os pescadores. Pode-se associar a venda desse combustível a melhores práticas. Ou seja, em vez de se mandar fiscal para o mar, faz-se a certificação já no porto. Na hora em que se vende o combustível, já se verifica se o barco está com os petrechos certos.



Eu não sou da área — o Sr. Secretário pode me corrigir —, mas a maior parte dos problemas relativos à pesca ilegal são o uso de petrechos incorretos, ilegais, e a pesca em lugares proibidos. Consegue-se resolver a certificação dos petrechos por vários instrumentos — essa é uma das ideias —, e com o GPS faz-se a validação do mapeamento. Colocando-se observadores e câmeras a bordo, monta-se um esquema de amostragem, porque senão sempre haverá problemas com fiscais, e não é com fiscal de fiscal que se vai resolver isso. Vai-se trabalhar com validação, o que interessa ao próprio pescador, que quer melhorar a qualidade de seu produto.

Quanto à questão do ordenamento conjunto, para mim, não importa se o ordenamento é conjunto ou separado, importam as práticas de ordenamento. E o Ministro Crivella e a Ministra Izabella, assim que nós entramos, no início do ano passado, reuniram todo o pessoal e nos pediram que trabalhássemos em coordenação. Por enquanto, eu devo dizer que as propostas têm melhorado incrivelmente em qualidade e quantidade. Ficou mais difícil empurrar problema do Ministério A para o Ministério B. Se os dois Ministros estão comprometidos, então, está funcionando, mas, se tiverem um melhor esquema, podem apresentar.

O que importa, para mim, são estoques sustentáveis, sem haver extinção de espécies e mantendo os ecossistemas naturais. E tudo isso que estou falando é de interesse também do setor pesqueiro.

Eu queria dizer ao Mantovani que, nessa área de pesca, as ONGs têm sido de grande ajuda ao Governo. Nas estatísticas, na ajuda à obtenção de certificação internacional e na abertura de mercados nessa área, o terceiro setor, além da SOS, a CI, o Instituto Baleia Jubarte e muitas outras têm grupos de pessoas realmente dedicados à questão da conservação que, como o senhor colocou, Deputado, conhecem a realidade dos pescadores e o compromisso que têm com a conservação.

Há 2 anos eu estive em Cabo Frio dando aula no curso de Biologia Marinha, da Universidade de Brasília, e vi como realmente a indústria de pesca é ali o sustentáculo de toda a economia local: as atividades de mergulho nas áreas protegidas em Cabo Frio, todos aqueles restaurantes, são também os pescadores que fazem aquele trabalho. Rio de Janeiro, Cabo Frio, Búzios, toda aquela área é um tremendo destino turístico muito associado à qualidade do pescado servido nos



restaurantes locais. A pesca realmente constrói uma economia regional muito importante, e aquela região é um ótimo exemplo disso. E a questão do defeso lá foi trabalhada conjuntamente pelos dois Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a palavra o Sr. Secretário, se achar necessário.

O SR. FLÁVIO BEZERRA DA SILVA - Quero agradecer a presença de todos, a participação dos que estão nos acompanhando de casa, e dizer que a nossa vontade é ver um Brasil melhor.

Eu tenho comigo a preocupação com as novas gerações de pescadores. Eu tenho frequentado o Porto do Mucuripe e tenho visto que a população de pescadores está envelhecendo. A pesca não tem sido mais um atrativo para os jovens. Então, os ambientalistas, que não querem que os estoques sejam destruídos, podem ter calma, que dentro de 10 anos vai haver, naturalmente, uma redução do esforço de pesca, porque não haverá tantos pescadores — a verdade nua e crua é essa.

Estamos enfrentando um problema para os nossos veleiros, eu digo: jangada, baiteira, bote, canoa a vela, que é a cultura do nosso Estado. A jangada cearense, como Luiz Gonzaga exalta nas músicas dele, é uma jangada de 8 metros, uma jangada de 45 palmos. E uma jangada dessas só sai do porto com cinco homens. Se não tiver os cinco, não vai, porque demandar muito esforço dos três ou quatro que forem navegar em um barco desses.

Estamos falando de um barco tradicional, um barco artesanal, um barco cultural. Os ambientalistas, o Ministério da Pesca, todos têm que se unir e valorizar, porque o turista que vem para o Brasil não quer ver catamarã na beira da praia do Mucuripe não, ele quer ver como os pescadores navegam naqueles barcos, vão e voltam — é isso o que eles querem ver.

Vocês sabem — se não sabem, vão saber agora — que o IPHAN quer transformar a cidade de Camocim no maior museu náutico a céu aberto do mundo, devido à tradição das canoas e dos botões que lá se encontram, um tipo, uma modalidade de barco a vela, que é o bastardo. Essa cultura tem que ser mantida.

Outro dia falei da especialidade de cada região do Ceará. Indo para o litoral leste até o final de Beberibe, na praia do Parajuru ainda se encontram as jangadas.



Indo para o litoral oeste até o Pecém e em direção ao Norte, encontram-se as baiteiras. Chegando à região de Camocim, encontram-se as canoas e também os botões, e essas canoas são simplesmente fantásticas.

Há pouco mais de 1 mês, na última regata da Praia do Preá, eu corri e fiquei em segundo lugar — estou fazendo propaganda aqui. Como o Deputado disse bem claramente, nós temos que defender os caiçaras, porque é o povo brasileiro de fato.

Não sei se aqui há algum velejador, mas, se houver, vai entender o que vou dizer. Quando se vem de jangada do mar para a terra debaixo de vento — o Ceará é uma região de muito vento —, se a jangada surfa em uma onda grande, diz-se, em linguagem de pescador, que é preciso afrouxar a mão. Digamos que o vento está batendo aqui, a jangada está com o pano aberto, a tranca está para lá, temos que descer e folgar a mão, que é para o barco surfar, cortar a onda, senão ele capota. Com o bote é a mesma coisa, tem que afrouxar a mão para ele sair de lado e cortar a onda e não capotar. Com a baiteira é a mesma coisa.

Mas, com a canoa do Camocim, pelo contrário, você pode segurar firme, que ela desce na onda, mesmo onda de 4 metros, 5 metros. Ela surfa mesmo, e, quando chega lá embaixo, sobe e pega a onda da frente. O nosso nativo, o cearense lá do Norte, ou seja, o caiçara, como é chamado, descendente de índio, ao desenvolver essa canoa, criou uma embarcação com a quilha arqueada. Nessa canoa — biana, como é conhecida —, a quilha é um arco, o que permite a ela, mesmo sendo de boca aberta, descer na carreira do mar e não naufragar. E, quando chega lá embaixo, ela gira e torna a pegar a direção do vento de novo. É algo fantástico.

Portanto, nós observamos na cultura vélica brasileira, principalmente na do nordeste do Ceará, que na guina da vela das nossas jangadas há em cima uma curva como um “c”. Vocês podem observar as velas das jangadas cearenses. Ora, nos barcos de iatismo, as velas eram um triângulo. Hoje em dia, há um aproveitamento da guina da vela lá no mastro, lá em cima, mas há 130 anos as nossas jangadas já andavam com a área vélica lá em cima, na guina da vela, aproveitando a área vélica. É uma tradição, uma cultura.

A nossa tristeza é que os nossos jovens pescadores que ainda andam no mar pescando estão se envolvendo com a pedra, o *crack*, e esses homens estão



perdendo seu potencial físico e não têm mais marra, como diz o pescador, para puxar um cabo, para levantar o mastro de uma jangada.

Então, corremos o risco de não termos mais pescadores. É preciso um esforço dos Ministérios e de todos nós para que a pesca tenha subsistência e o pescador também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Com a presença dos Deputados Valdir Colatto, Fernando Marroni, Raimundo Gomes de Matos, Silas Câmara, Márcio Macêdo, Leonardo Monteiro, Cleber Verde, Dr. Paulo César e Paulo Wagner, estamos encerrando esta audiência pública, que eu acho que trouxe subsídios e luz para continuarmos caminhando no sentido de recuperar nossas águas e alimento para o povo brasileiro.

Muito obrigado.